

INOVAÇÃO SOCIAL E COOPERATIVISMO: ALIADOS NA INCLUSÃO SOCIAL

Giovana de Souza Filéti¹;
Márcia Aparecida Prim²;
Gertrudes Aparecida Dandolini³;

***Abstract:** Social innovation is directly related to a new look and a change in attitude towards the social needs of disadvantaged communities. Among its activities, cooperativism seeks to serve people who do not have the same opportunities within society and who somehow fit into the class of socially excluded. The objective of this research is to describe the social innovation initiatives carried out by cooperatives located in the south of Santa Catarina in order to promote social inclusion. It is a qualitative research. For data collection, semi-structured interviews and documentary survey were performed. The results showed that the actions taken by the cooperatives, in a collaborative way, make the community more participative and included, awakening cooperation and valuing people.*

Keywords: Social Innovation; Cooperativism; Cooperatives; Social inclusion.

Resumo: A inovação social está diretamente relacionada a um novo olhar e a mudança de atitude frente às necessidades sociais de comunidades menos favorecidas. Dentre suas atividades, o cooperativismo busca atender pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade e que de alguma forma encaixam-se na classe dos excluídos socialmente. O objetivo desta pesquisa é descrever as iniciativas de inovações sociais realizadas por cooperativas localizadas no sul de Santa Catarina de forma a promover a inclusão social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e levantamento documental. Os resultados evidenciaram que as ações realizadas pelas cooperativas, de forma colaborativa, tornam a comunidade mais participativa e inclusa, despertando a cooperação e valorizando pessoas.

Palavras-chave: Inovação Social; Cooperativismo; Cooperativas; Inclusão Social.

¹PPGEGC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. giovanafileti@gmail.com

²PPGEGC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. marciaaprim@gmail.com

³PPGEGC – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. ggtude@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao dizer que a inovação social está diretamente relacionada a um novo olhar e a mudança de atitude frente às necessidades sociais observadas em comunidades menos favorecidas (Murray; Caulier-Grice & Mulgan, 2010; Bignetti, 2011), faz-se referência ao fato de que inovar socialmente não diz respeito somente à algo inédito, grandioso e inusitado (Cajaiba-Santana, 2014). Trata-se também, de uma nova forma de olhar os problemas sociais e identificar soluções plausíveis àquela realidade, mesmo que seja por meio de pequenas atitudes realizadas em um contexto específico (Quandt, Ferraresi, Kudlawicz, Martins & Machado 2017; Borges, 2017).

Pol e Ville (2009) afirmam que “uma inovação é denominada de inovação social se a nova ideia implícita tiver o potencial para melhorar a qualidade ou a quantidade de vida” (p.15). Este novo paradigma requer o empenho de diversos atores (indivíduos, organizações, movimentos sociais e governo) que se unem por meio de objetivos comuns, na busca de alternativas às necessidades das pessoas menos privilegiadas e excluídas socialmente (Mulgan, Tucker, Ali & Sanders, 2007; Castro-Spila & Unceta, 2015).

Para o Programa Brasil Escola (2019) ser ou estar excluído socialmente significa estar fora dos padrões impostos por uma sociedade capitalista. Isso inclui diversas classes da população, desde os idosos, os negros, as mulheres, os portadores de deficiências físicas e mentais, bem como aqueles indivíduos que são ignorados e que não tem voz ativa no meio em que vivem.

As políticas públicas governamentais e a ação das organizações com foco no mercado econômico, de acordo com Mulgan (2006) e Bignetti (2011), têm deixado a desejar no que diz respeito ao atendimento as demandas de uma parcela da sociedade, fato esse que gera exclusão social e que avança claramente (Salim-Saji & Ellingstd, 2016).

Problemas como desemprego, poluição ambiental, doenças crônicas, injustiças sociais e a disparidade social (educação, saúde, fome, pobreza), entre outros, necessitam de um olhar mais atento e de um pensar fora da caixa (Schoen, Moreland-Russell, Prewitt & Carothers 2014; Păunescu, 2014; Hean, Willumsen, Ødegård, & Bjørkly, 2015; Salim-Saji & Ellingstd, 2016), como forma de promover o desenvolvimento econômico sem prejuízo ao social e ao ambiental (Lawrence, Hardy & Phillips, 2002).

Para Lopes (2002) uma sociedade não pode ser considerada desenvolvida se levar em consideração apenas a sua riqueza material, e sim, ao buscar diminuir os níveis de desigualdade

e opressão existente na comunidade, de forma a possibilitar uma distribuição equilibrada da qualidade de vida.

Com o propósito de um mundo justo e igualitário, surgem novas formas de organizações, fundamentadas na cooperação, ajuda mútua e na participação de seus membros (Quandt *et al.*, 2017). Para esses autores, organizações com foco em inovar socialmente se expandem diariamente, como por exemplo, o próprio governo (com seus órgãos competentes), as ONGs e as fundações (terceiro setor), as universidades (centro de pesquisa), os negócios sociais, as aceleradoras, as incubadoras, os centros de inovação social, as agências de fomento, e as cooperativas.

Para Kolleck (2014) os princípios relacionados à justiça e igualdade, às transformações sociais e econômicas e as preocupações com problemas ambientais, fazem parte de organizações coletivas chamadas de cooperativas. Para Gaiger (2013) essa forma de arranjo social foi criada como uma oportunidade de superar as situações de dificuldades e desamparo que algumas comunidades viviam, sendo um instrumento importante ao desenvolvimento local. Assim, além do olhar para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e humano também passa a ter destaque nesse novo tipo de organização (Filéti, 2019).

Para Schönardie e Frantz (2008) e Lago (2009) as atividades desenvolvidas pelas cooperativas têm foco na promoção de mudanças na qualidade de vida dos envolvidos, reinserindo-os na comunidade e potencializando a participação ativa nas ações desenvolvidas.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é descrever as iniciativas de inovações sociais realizadas por duas cooperativas localizadas no sul de Santa Catarina, de forma a promover a inclusão social. O estudo empírico demonstrou que as cooperativas desenvolvem atividades voltadas à inclusão social, em especial para o público feminino e jovem. O foco está na capacitação e no desenvolvimento desses grupos, de modo a empoderar-lhes e propiciar-lhes uma maior participação nas atividades da cooperativa e também da comunidade.

Após o capítulo introdutório, na sequência, o capítulo 2 apresentará os construtos teóricos, o capítulo 3, os procedimentos metodológicos, o 4, os resultados e o capítulo 5, as considerações finais. Por último, serão apresentadas as referências bibliográficas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 INOVAÇÃO SOCIAL

Ao unir conceitos universais, como a inovação e o social, é compreensível que as definições tomaram matizes diferentes nestes últimos dez anos. De acordo com Caulier-Grice, Davies, Patrick & Norman (2012) a diversidade de definições de inovação social surgiu a partir de evidências em diferentes campos de pesquisa. A inovação social caracteriza-se como novas ideias, produtos, processos ou serviços, com o objetivo de alcançar soluções viáveis aos problemas da sociedade (Mulgan, 2006; Pol & Ville, 2009; Murray, Caulier-Grice & Mulgan 2010; Bignetti, 2011).

Para Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) a inovação social promove um período de transformação, com um crescente olhar voltado à dimensão humana e aos problemas sociais, deixando em segundo plano, o foco nos sistemas e estruturas organizacionais. Para a Comissão Europeia (2015) as inovações sociais dizem respeito ao desenvolvimento de novos projetos, serviços ou modelos que melhor atendam às questões sociais e que ofereçam respostas inovadoras às necessidades sociais, com relações sociais criativas e novas colaborações.

Murray *et al.* (2010) também argumentam sobre a criação de novas relações ao definir inovação social:

Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir (p.3).

Moulaert e Ailenei (2005) também apontam para a questão das relações e destacam que para a inovação social não existe fronteiras entre os setores público, privado e sem fins lucrativos. Para esses autores, a inovação social estimula a troca de ideias e valores, a mudança de poder, papéis e construção de novas relações, além de ser vista, como uma estrutura inovadora que busca atender às necessidades de grupos marginalizados ou excluídos, oferecendo condições e perspectivas para a inclusão social (MacCallum, Haddock, Moulaert & Hillier, 2009).

Segundo Haxeltine, Avelino, Wittmayer, Kemp, Weaver, Backhaus, & O’Riordan (2013) o conceito de inovação social é multidisciplinar e multifacetado, podendo significar: a)

uma transformação social; b) um modelo de gestão organizacional; c) um empreendedorismo social; d) o desenvolvimento de novos produtos e serviços; ou, e) um modelo de governança e capacitação. Um ponto focal desses autores é que, independentemente da origem, o foco central está em propiciar condições para que os objetivos tenham, como um de seus resultados, a inclusão social. Novy e Leubolt (2005) afirmam que mais do que resolver um problema, também diz respeito à natureza do processo realizado, que normalmente ocorre de forma colaborativa.

Santos Delgado (2016) destaca que em inovação social é comum o envolvimento dos próprios beneficiários em todas as fases do processo de criação de alternativas para os problemas da comunidade. A autora aponta para alguns elementos considerados essenciais para que uma iniciativa seja considerada uma inovação social, dentre eles: promover a justiça social, apresentar soluções para os problemas reais das pessoas, ser uma ideia nova para um contexto e promover mudança da situação atual para uma melhor.

Pol e Ville (2009) e Ezponda e Malilos (2011) acreditam que o que caracteriza a adjetivação “social” é o seu fim, ou seja, a resolução de problemas coletivos independentemente da forma que foi desenvolvida e da sua origem, neste caso, concentra-se em modelos e programas replicáveis. Por sua vez, autores como Klein, Fontan, Harrisson e Lévesque (2012) e Moulaert, MacCallum e Hillier (2013) utilizam o termo para se referirem, principalmente, a processos de inovação que, além do seu objetivo social, resultam de atividades desenvolvidas por grupos de pessoas com objetivos em comum e redes colaborativas.

Nesse sentido, sendo descrita como uma alternativa para os problemas sociais e para a crescente preocupação com as falhas do mercado que geram desigualdades, os estudos sobre o tema ainda “não representam parcela significativa das pesquisas acadêmicas”(Bignetti, 2011, p.4), embora em franco desenvolvimento (Haxeltine *et al.*, 2017; Marques; Morgan & Richardson, 2018).

Nesse estudo, acrescenta-se ao termo inovação social, o conceito de cooperativas, e entende-se que a definição de Murray *et al.* (2010) é condizente, pois trata da satisfação das necessidades sociais por meio da criação de novas relações de forma colaborativa, apontando para o fato de que as inovações devem ser consideradas boas para a comunidade, aumentando a sua capacidade de agir.

2.2 COOPERATIVAS

Observa-se a cultura da cooperação no Brasil desde a época da colonização, e essa nova forma de arranjo social tornou-se uma fonte importante de rendimento e desenvolvimento dos cooperados envolvidos, criando oportunidades para superar as situações de dificuldades e desamparo que algumas comunidades viviam (Gaiger, 2013). As cooperativas podem atuar em diversos setores como a produção, industrialização, comercialização, crédito e prestação de outros serviços (Cardoso, 2014).

O cooperativismo é um fenômeno inovador e demonstra o poder do trabalho colaborativo em suas diversas formas, podendo ser visto como elo entre o conceito de cooperativismo e inovação social. Para Bignetti (2011) o foco do cooperativismo e da inovação social está em buscar soluções viáveis aos problemas enfrentados por determinada comunidade de forma colaborativa e participativa. O conceito também se relaciona à estratégia de desenvolvimento da comunidade verificada no aumento da interação entre diversos segmentos e populações (Filéti, 2019). Também fornece suporte e informações aos membros da comunidade para que eles possam obter retorno sobre seus investimentos sociais (Fairbairn, 2004; Putnam, 2000; Zeuli & Radel, 2005).

De acordo com a OCB (2018), para guiar os cooperativistas em torno do mundo, foram estabelecidos sete princípios: 1) adesão voluntária e livre: as cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar; 2) gestão democrática: controladas por todos os seus membros (eleitos), que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões; 3) participação econômica dos membros: membros contribuem equitativamente para o capital da organização; 4) autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso; 5) educação, formação e informação: promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes; 6) intercooperação: trabalhar em conjunto para o bem comum; 7) interesse pela comunidade: contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Destaca-se ainda que as cooperativas são iniciativas que promovem a qualidade de vida, buscam atender as necessidades sociais básicas, e principalmente, trabalham pela inclusão dos menos favorecidos, com princípios de igualdade e de justiça. Para Carvalho (2011) é um movimento que brota da própria sociedade beneficiada, sendo uma das poucas doutrinas econômicas nascidas desse modelo, contrapondo-se a outras, nascidas do exercício do pensamento de intelectuais.

É uma forma de trabalho coletivo e de gestão cooperativa, onde, de acordo com um dos princípios do cooperativismo, cada cooperado tem o direito a um único voto, e propõe que cada membro (cooperado) pode inferir - ou interferir - diretamente no destino do empreendimento (Gaiger, 2013). Para Gaiger (2013) o cooperativismo, por sua versatilidade, se mostra como unidade facilitadora de transações, e, conseqüentemente, promove a diferenciação da corporação cooperativa em relação aos demais competidores, tanto em vantagens competitivas permanentes quanto em ganhos em qualidade.

Com foco na sua missão social, em 2016 as cooperativas brasileiras adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS⁴. Observa-se nos objetivos expostos e assumidos pelas cooperativas, o desejo e a responsabilidade de contribuir para um mundo mais equilibrado e justo, com melhores oportunidades não só para os cooperados, mas também, para a comunidade como um todo. Isso demonstra o desejo de trabalhar pelas causas sociais.

As cooperativas também possuem fator de responsabilidade pelo desenvolvimento econômico da região onde estão inseridas, e assim, viabilizam a sustentabilidade pelo bem-estar do coletivo e não apenas em benefício individual (OCB, 2018).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa. Para Creswel (2010, p.26) uma pesquisa qualitativa “é um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano em um ambiente natural”. Para embasamento teórico desse artigo foi realizada a revisão da literatura, que segundo Galvão, Sawada e Trevizan (2004), é um passo importante para a elaboração e construção do conhecimento. Foram consultadas as bases *Scopus* e *Web of Science*.

O resultado da busca apresentou, com os temas conjugados “inovação social e cooperativas”, devidamente traduzidos para o inglês, um total de 72 documentos. Todos os artigos foram analisados com a leitura dos resumos e palavras-chave, sendo validados apenas os estudos empíricos. Sendo assim, vinte e seis documentos fundamentaram a parte teórica dessa pesquisa.

⁴ Estes objetivos visam orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional dos próximos quinze anos, realizando ações de transformação social em todo o País. São classificados nos seguintes temas: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água limpa e saneamento; 7. Energia acessível e limpa; 8. Emprego digno e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Combate às alterações climáticas; 14. Vida abaixo d'água; 15. Vida sobre a terra; 16. Paz, justiça e instituições fortes; 17. Parcerias em prol das metas.

Para a coleta dos dados, utilizou-se as técnicas de entrevistas semiestruturadas e levantamento documental (*sites* das cooperativas e bibliográfico). Para tratamento dos dados utilizou-se a análise temática de Braun e Clarke (2006), baseada nos construtos teóricos formulados a partir da revisão da literatura em diálogo com os dados obtidos no levantamento empírico.

4 ANALISE DOS RESULTADOS

As cooperativas são apresentadas como ambientes propícios para a concretização da inovação social. Seus princípios citam o interesse pela comunidade, a educação, formação e informação, que deixam claro o propósito no social e as diretrizes a serem seguidas por elas. Dessa forma, ao descrever as iniciativas de inovação social realizadas pelas cooperativas, busca-se verificar se as mesmas promovem a inclusão social. Com esse intuito, foram estudadas cooperativas pertencentes à região da AMESC⁵ - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, mais especificamente as agropecuárias, COOPERJA⁶, de Jacinto Machado/SC e COOPERSULCA⁷, de Turvo/SC.

Dos projetos desenvolvidos pelas cooperativas em questão, grande parte são focados no pilar social. Dois deles, o Núcleo Feminino e o Programa COOPERjovem, são realizados por ambas cooperativas e levam o mesmo nome por serem projetos que estão vinculados ao SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, que dá as diretrizes, apoia e incentiva.

4.1 PROJETO 1: NÚCLEO FEMININO - Mulheres Cooperativistas

Este projeto tem como parceiro o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, que oferece capacitação cooperativista para as mulheres,

⁵ A AMESC tem o objetivo de atender aos interesses em comum dos municípios formadores da região sul de Santa Catarina, com a finalidade de associar, integrar e representar os seus associados. Foi fundada em 1979 com a participação de nove municípios e atualmente conta com 15 municípios associados. Os municípios são: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo (AMESC, 2018)

⁶ A Cooperativa Agroindustrial de Jacinto Machado - COOPERJA é sediada no município de Jacinto Machado, extremo sul de Santa Catarina. Referência em agronegócio foi fundada em 30/08/1969 por meio de Assembleia Geral composta por 117 agricultores. Atualmente conta com mais de 1800 associados e mais de 700 funcionários

⁷ A Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense Ltda. - COOPERSULCA é sediada no município de Turvo (SC), surgiu mediante um movimento de um grupo relativamente grande (214 produtores de arroz) na data de 20 de dezembro de 1964.

buscando conscientizá-las, prepará-las e organizá-las para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social das cooperativas. A capacitação tem um total de seis módulos de 16 horas cada um, totalizando uma carga horária de 96 horas, mais o encerramento.

O Programa Mulheres Cooperativistas do SESCOOP capacita e dá o pontapé inicial para que os núcleos femininos sejam formados pelas cooperativas participantes, nas regiões de suas atuações. Além do engajamento, colaboração e participação, tem vistas ao empoderamento, bem-estar, autoestima, autoafirmação, qualidade de vida e a presença cada vez maior da mulher nos interesses da cooperativa e da comunidade como um todo.

Isso possibilita, em conjunto com as cooperativas e por intermédio das capacitações, que elas tenham autonomia para identificar e realizar ações pela comunidade. O presidente da OCESC e do SESCOOP/SC, Luiz Vicente Suzin, observa que a presença da mulher como associada das cooperativas vem aumentando cada vez mais, e que o trabalho desenvolvido pelo SESCOOP/SC e pelas cooperativas é essencial para essa conquista. Relata que o cooperativismo catarinense é referência em todo o País, e não há dúvidas de que a participação da mulher é estratégica para os bons resultados obtidos (SESCOOP, 2018).

O projeto, segundo o Secretário de Estado da Agricultura, Airton Spies, é um momento de conhecimento, intercâmbio de ideias e valorização. As propriedades são empresas que precisam ser bem administradas para ter bons resultados e a mulher tem participação significativa nesse processo (SESCOOP, 2018).

4.2 PROJETO 2: PROGRAMA COOPERJovem

É um programa desenvolvido por ambas cooperativas e tem como parceiro o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP. O objetivo é disseminar a cultura da cooperação nos jovens através de atividades educativas. Atende a professores e alunos do ensino fundamental de escolas públicas municipais e estaduais, com vistas ao desenvolvimento integral dos educandos, preparando-os para a cidadania.

Os professores são levados por intermédio da cooperativa para receberem capacitação do SESCOOP. Em conjunto, professores e cooperativa desenvolvem o projeto de acordo com a necessidade e realidade da escola. Os projetos são monitorados mensalmente pelas coordenadoras sociais de cada cooperativa e atendem, entre as duas, um total de 07 (sete) escolas nos municípios onde atuam. Alguns eventos são promovidos fora do cronograma do SESCOOP e englobam toda a escola, família, professores e alunos. São várias atividades

baseadas em valores e princípios do cooperativismo, fortalecendo a ideia de que se pode trabalhar em grupo e torná-lo ainda mais forte com essa união.

4.3 ANÁLISE DOS DOIS PROJETOS

Conforme abordado na literatura, Zeuli e Radel (2005) afirmam que para obter vantagem benéfica a um todo coletivo, o trabalho realizado nas cooperativas preconiza a associação e a colaboração das pessoas e grupos com interesses comuns. Este fato foi observado nas organizações estudadas, visto que as atividades envolviam desde colaboradores, cooperados e outras pessoas da comunidade local. Esses grupos possuem interesse no desenvolvimento, uma vez que, capacitando-se e tornando-se conhecedores dos temas sobre o cooperativismo, possuem maiores chances de serem inclusos nos programas de trabalho e renda.

Outro ponto observado nas organizações e que também foi apontado na literatura, envolve o fato de que as cooperativas buscam novas soluções às necessidades sociais, e nesse sentido, os projetos são adaptados à realidade da comunidade. Observou-se, como uma necessidade e um ponto a ser trabalhado, o pouco envolvimento das mulheres no cenário cooperativista, e nesse sentido, essa demanda foi incluída nos projetos das cooperativas.

O quesito do envolvimento de diversos atores e intercooperação também foi identificado no estudo, visto que as ações realizadas nas cooperativas não são essencialmente isoladas. Trata-se de atividades realizadas com parcerias, em especial do SESCOOP. Existe também a cooperação entre as próprias cooperativas, que conseguem compartilhar conhecimentos e partilhar experiências. Esse fato, em muitos casos, propicia aos beneficiários, que os mesmos sejam inclusos em diversas ações que visam o empoderamento, desenvolvimento de novas lideranças e incentivo a uma atuação mais participativa. A inovação social, nesse caso, está em trazer esses projetos sociais realizados por outras cooperativas, para a realidade das comunidades onde cada cooperativa tem atuação, imprimindo-lhes sua identidade. As ações são realizadas após a análise dos beneficiários, do estilo de trabalho e de vida, do tempo que envolverá as pessoas, as dificuldades, custos, entre outros, sendo o diferencial em relação aos projetos de mesmo nome.

Boa parte das necessidades levantadas pelas cooperativas nas comunidades de sua atuação, estão relacionadas à mulheres e jovens. Dessa forma, através do projeto núcleo feminino, são realizados trabalhos de inclusão, empoderamento e autogestão, convidando a comunidade a se capacitar, oferecendo condições para que elas sejam atuantes na cooperativa e

na comunidade. Essas iniciativas envolvem diversos treinamentos e cursos que são ofertados pelas cooperativas e seus parceiros, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida.

Os resultados dessas iniciativas são comprovados nas atitudes e ações assumidas pelas integrantes dos grupos, que demonstram segurança e capacidade para tomar decisões e fazer suas atividades com autonomia, bem como, pelo aumento no número de participações femininas nas decisões das cooperativas citadas e em seus quadros sociais.

De outra forma, pode-se dizer ainda, que as atividades propiciam, por parte das cooperativas, o compartilhamento do conhecimento e experiências com os participantes, de forma que os resultados sejam mais expressivos. E percebe-se, além da necessidade, o desejo e a consciência de fazer parte da sociedade, de reconhecer-se como ser atuante e apto a contribuir com as suas potencialidades, e enquanto coletivo, de contribuir para o desenvolvimento local.

Segundo os entrevistados, é um trabalho que atinge resultados positivos, visíveis pelo crescente número de associações, de participações e maior consciência da cooperação. As coordenadoras sociais, que são responsáveis pela implementação dos projetos, afirmam que, inicialmente, as mulheres não se sentiam bem nem para dar um ‘bom dia’ em público, posteriormente ao trabalho realizado, davam depoimentos, e se sentiam confortáveis e seguras com isso (Filéti, 2019). Esse influencia nas suas atitudes, escolhas e participação produtiva, bem como em seus lares, na comunidade e na cooperativa, formando um ciclo promissor.

Com relação ao programa COOPERjovem, as cooperativas promovem a capacitação de professores para educarem as crianças no senso de cooperar. Há um acompanhamento desses alunos, levando-os desde cedo a pensar no coletivo, a valorizar o trabalho colaborativo, demonstrando o quanto uma comunidade pode desenvolver-se economicamente quando se preocupa com o social, quando pensa em saúde, educação, moradia e segurança para todos. A cooperativa, diante de suas iniciativas sociais, torna-se para os integrantes do programa e todos os envolvidos, além de um trabalho preventivo contra a exclusão social, um exemplo na boa formação dos indivíduos.

Outros projetos de cunho social são realizados pelas duas cooperativas, cada uma dentro das necessidades e realidades de suas comunidades. Coube aqui citar apenas dois desses, pelo fato de terem a mesma origem, mesmo nome e características, apenas sendo moldados e trabalhados de acordo com a disponibilidade das cooperativas e dos integrantes dos projetos.

5 CONCLUSÕES

A literatura apresenta segundo Caulier-Grice *et al.* (2012), que a inovação social não precisa ser completamente original e única, mas tem que ser novidade de alguma forma e contexto para qualificar-se como tal. Para Murray *et al.* (2010) todas as inovações sociais começam com uma ideia central, frequentemente motivada por uma experiência, ou evento, ou novas evidências que trazem à luz uma necessidade ou injustiça social. Engloba o levantamento dos problemas, necessidades, aspirações e desafios, indo além do sintoma até a causa.

A revisão da literatura abordou os temas inovação social e cooperativas e apresentou diversas iniciativas sociais desenvolvidas pelas cooperativas em todo o mundo e nos mais amplos setores da sociedade. Algumas trataram do auxílio às necessidades básicas (Michaud & Audebrand, 2018), desenvolvimento da comunidade através de ações de turismo (Quandt *et al.*, 2017), melhorias na prestação de serviços públicos (Yeasmin & Kemppainen-Koivist, 2017), cooperativa habitacional (Cabré & Andrés, 2017; Bouchard, 2006), produção e gestão de energias renováveis (Hiteva & Sovacoolb, 2017; Magnani & Osti, 2016), dentre outras, sendo que todos os autores citados fizeram correlação entre cooperativas e a inovação social promovida por elas. Observou-se que as iniciativas promoveram a qualidade de vida, buscando atender as necessidades básicas, e principalmente, trabalharam pela inclusão dos menos favorecidos.

Nos casos estudados a inovação social estava na adaptação dos projetos à realidade da comunidade. Esses procedimentos resultaram em uma sociedade mais participativa, com menor dependência e atendendo suas próprias necessidades, reconhecendo que todos ganham quando as atividades são realizadas de forma conjunta, podendo haver mais retorno em termos de qualidade e quantidade. Os projetos buscaram desenvolver o potencial de cada ser humano e trabalharam para que o julgamento e a avaliação que eles faziam de si mesmos, se tornasse cada vez mais positivo.

Como via de regra, os dois projetos analisados, COOPERJovem e o Núcleo Feminino, de fato geraram uma inclusão social. Nas cooperativas analisadas, a maioria dos cooperados são do sexo masculino e as mulheres e jovens pouco participavam das atividades cooperativistas. Nesse sentido, os projetos, ao capacitá-los dentro dos princípios do cooperativismo, com base nas características da inovação social, geraram essa inserção social.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14.
- Borges, M. A. (2017). *Dinâmica das Parcerias Intersetoriais em Iniciativas de Inovação Social: da descrição à proposição de diretrizes*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis.
- Bouchard, M. J. (2006). De l'expérimentation à l'institutionnalisation positive: l'innovation sociale dans le logement communautaire au Québec. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 77(2), 139-166.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Cabré, E. & Andrés, A. (2018). La Borda: a case study on the implementation of cooperative housing in Catalonia. *International Journal of Housing Policy*, 18(3), 412-432.
- Cajaiba-Santana, G. (2014) Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 82, p. 42- 51, 2014.
- Cardoso, U. C. (2014). Cooperativa: Série Empreendimentos Coletivos. *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas– SEBRAE*. Brasília.
- Carvalho, A. D. (2011). *O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global*. Editora Baraúna.
- Castro-Spila, J.; Unceta, A. Modes d'innovation sociale et gouvernance. La transformation sociale par l'innovation sociale Quebec, CRISES, 2015.
- Caulier-Grice, J.; Davies, A.; Patrick, R. & Norman, W. (2012). Defining social innovation. A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe" (TEPSIE), *European Commission–7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research*, 22.
- Comissão Europeia. Inovação Social. 2015. Disponível em: < <http://ec.europa.eu/growth/>>. Acesso em 16/11/18.
- Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*.
- Echeverría Ezponda, J., & Merino Malillos, L. (2016). Cambio de paradigma en los estudios de innovación: el giro social de las políticas europeas de innovación.
- Fairbairn, B. (2004). Cohesion, adhesion, and identities in co-operatives. *Co-operative membership and globalization: New directions in research and practice*, 18-50.
- Filéti, G. S. (2019). Iniciativas de Ação Social de Cooperativas à Luz da Inovação Social. *Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis, SC. 178p.*
- Gaiger, L. I. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82).
- Galvão, C. M.; Sawada, N. O. & Trevizan, M. A. (2004). Revisão sistemática. *Rev Latino-am enfermagem*, 12(3), 549-56.

- Haxeltine, A.; Avelino, F.; Wittmayer, J.; Kemp, R.; Weaver, P.; Backhaus, J. & O’Riordan, T. (2013). Transformative social innovation: a sustainability transitions perspective on social innovation. In *Social Frontiers: The next edge of social innovation research*.
- Hean, S.; Willumsen, E.; Ødegård, A. & Bjørkly, S. (2015). Using social innovation as a theoretical framework to guide future thinking on facilitating collaboration between mental health and criminal justice services. *International Journal of Forensic Mental Health*, 14(4), 280-289.
- Hiteva, R. & Sovacool, B. (2017). Harnessing social innovation for energy justice: A business model perspective. *Energy Policy*, 107, 631-639.
- Inclusão Social. <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>. Acesso em 17/06/2019.
- Klein, J. L., Fontan, J. M., Harrisson, D., & Lévesque, B. (2012). The Quebec system of social innovation: a focused analysis on the local development field. *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, (94), 9-28.
- Kolleck, N. (2014). Innovations through networks: Understanding the role of social relations for educational innovations. *Zeitschrift für Erziehungswissenschaft*, 17(5), 47-64.
- Lago, A. (2009). Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário.
- Lawrence, T. B., Hardy, C., & Phillips, N. (2002). Institutional effects of interorganizational collaboration: The emergence of proto-institutions. *Academy of management journal*, 45(1), 281-290.
- Lopes, M. R.; Souza, G.; Lopes, I. & Honczar, G. (2002). Gestão estratégica e reformas nas cooperativas agropecuárias brasileiras. BRAGA, MJ; SANTOS REIS, B. dos (Org.). *Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias*. Viçosa: UFV.
- MacCallum, D., Haddock, S. V., Moulart, F., & Hillier, J. (Eds.). (2012). *Social Innovation and Territorial Development*. Ashgate Publishing, Ltd..
- Magnani, N., & Osti, G. (2016). Does civil society matter? Challenges and strategies of grassroots initiatives in Italy’s energy transition. *Energy Research & Social Science*, 13, 148-157.
- Marques, P., Morgan, K., & Richardson, R. (2018). Social innovation in question: The theoretical and practical implications of a contested concept. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 36(3), 496-512.
- Michaud, M., & Audebrand, L. K. (2018). Inside out, outside in: “supporting members” in multi-stakeholder cooperatives. *Management Decision*.
- Moulart, F., & Ailenei, O. (2005). Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. *Urban studies*, 42(11), 2037-2053.
- Moulart, F., MacCallum, D., & Hillier, J. (2013). Social innovation: intuition, precept, concept. *The International Handbook on Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*, 13.
- Mulgan, G. (2006). The process of social innovation. *Innovations: technology, governance, globalization*, 1(2), 145-162.
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation* (p. 2). London: National endowment for science, technology and the art.

- Novy, A., & Leubolt, B. (2005). Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. *Urban studies*, 42(11), 2023-2036.
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Disponível em <<http://www.ocb.org.br/sistemas-ocb>>. Acesso em 30/04/18.
- Paunescu, C. (2014). Current trends in social innovation research: social capital, corporate social responsibility, impact measurement. *Management & Marketing*, 9(2), 105.
- Pol, E., & Ville, S. (2009). Social innovation: Buzz word or enduring term?. *The Journal of socio-economics*, 38(6), 878-885.
- Putnam, R. D. (2000). Bowling alone: America's declining social capital. In *Culture and politics* (pp. 223-234). Palgrave Macmillan, New York.
- Quandt, C., Ferraresi, A., Kudlawicz, C., Martins, J., & Machado, A. (2017). Social innovation practices in the regional tourism industry: Case study of a cooperative in Brazil. *Social Enterprise Journal*, 13(1), 78-94.
- Salim Saji, B., & Ellingstad, P. (2016). Social innovation model for business performance and innovation. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 65(2), 256-274.
- Santos Delgado, A. A. (2016). Framework para caracterizar la innovación social sobre sus procesos. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, *Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis*, 245 p, 2016.
- Schoen, M. W., Moreland-Russell, S., Prewitt, K., & Carothers, B. J. (2014). Social network analysis of public health programs to measure partnership. *Social science & medicine*, 123, 90-95.
- Schönardie, P. A., & Frantz, W. (2008). Movimento cooperativo: processo de inclusão social de agricultores familiares. *Anais do Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*, 5.
- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP. Disponível em: <<http://www.sescoopsc.org.br/secao/home>>. Acesso em 05.05.18.
- Yeasmin, N., & Kemppainen-Koivisto, R. (2017). The Sociopolitical Determinants of Social Entrepreneurship Action: A Qualitative Analysis. *South Asian Journal of Business and Management Cases*, 6(1), 47-60.
- Zeuli, K. A., & Radel, J. (2005). Cooperatives as a community development strategy: Linking theory and practice. *Journal of Regional Analysis and Policy*, 35(1100-2016-89741).